



ANASTÁCIO REIS DE BEZERRA

**FECHAR OS OLHOS E DESPERTAR PARA VIVER: A DANÇA COM
DEFICIENTES VISUAIS**

Brasília
2025

ANASTÁCIO REIS DE BEZERRA

**FECHAR OS OLHOS E DESPERTAR PARA VIVER: A DANÇA COM
DEFICIENTES VISUAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao curso de Licenciatura em Dança do Instituto
Federal de Brasília, Campus Brasília como
parte da exigência para obtenção do título de
licenciado. Orientadora: Professora Ma.
Elizabeth Tavares Maia

B574 Bezerra, Anastácio Reis de
Fechar os olhos e despertar para viver: a dança com deficientes
visuais / Anastácio Reis de Bezerra — Brasília, 2024.
54 f. : il. color.

Orientadora: Elizabeth Tavares Maia.
Coorientadora: Gláucia Melasso García de Carvalho
Trabalho de conclusão de curso (Graduação) — Instituto Federal
de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, Licenciatura em
Dança, 2024.

1. Dança. 2. Deficientes visuais. 3. Acessibilidade. I. Maia,
Elizabeth Tavares (orient.). II. Carvalho, Gláucia Melasso García de.
III. Título.

CDU: 793.3

ANASTÁCIO REIS DE BEZERRA

**FECHAR OS OLHOS E DESPERTAR PARA VIVER: A DANÇA COM
DEFICIENTES VISUAIS**

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Ma. Elizabeth Tavares Maia, Orientadora – IFB

Profa. Dra. Carla Sabrina Cunha – IFB

Prof. Dr. Glaucia Melasso Garcia de Carvalho – IFB

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONCB	Organização Nacional de Cegos do Brasil
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, expresso minha profunda gratidão a Deus pelo dom da vida e pela saúde que me permite seguir minha trajetória. Adoto como princípios fundamentais a gratidão, a humildade, a fé e a esperança de que todas as coisas encontrarão seu devido curso. Costumo recorrer à seguinte reflexão: "Nunca diga a Deus o tamanho do seu problema; diga ao seu problema o tamanho do seu Deus."

Dedico este trabalho aos meus primeiros mestres na vida, a quem tenho a honra de prestar esta homenagem: minha mãe, Maria da Dores Pimentel Reis, e meu pai, Inácio Rodrigues de Bezerra. Da mesma forma, expresso meu reconhecimento às minhas duas famílias, uma no estado do Maranhão e outra em Brasília, Distrito Federal, cujo suporte emocional foi imprescindível para a conclusão desta graduação e deste trabalho.

Expresso, ainda, meu agradecimento e admiração as minhas referências como professores: minha irmã Madalena Torres, Alessandra Macedo Avelino, Érika Esteves, Joaquim Guilherme Araújo Neto, Glaucia Melasso Garcia de Carvalho, Luiz Claudio, Fauzi Nelson Paranhos Lopes Mansur e Elciene Torres, que, com seu exemplo, contribuíram para minha formação e inspiração profissional.

Dirijo um agradecimento especial à minha irmã, Sandra Maria Pimentel Vasconcelos, e à minha sobrinha, Juliana Torres, a quem, carinhosamente, chamo de "filhota", pois a considero como uma filha. Ambas sempre acreditaram em mim e permaneceram ao meu lado incondicionalmente. Ressalto, em particular, a dedicação de Juliana Torres, que me incentivou a retomar os estudos após um intervalo de 15 anos, proporcionando-me a oportunidade de superar mais um desafio. Sou imensamente grato por sua insistência, que resultou na concretização desta graduação.

Agradeço, igualmente, a todos os amigos e colegas de curso que compartilharam comigo essa jornada árdua, mas repleta de conquistas. Desde que deixei a casa de meus pais no Maranhão, enfrentei inúmeros desafios, e a presença de algumas pessoas foram fundamental para superá-los. Destaco, com apreço, os colegas Lamoni Chagas, Rômulo Viana, Maria Natália, Isadora Lima, Rafael Farias e Rômulo Santos, pela amizade e pelo apoio mútuo ao longo dessa caminhada acadêmica.

Registro, ainda, minha gratidão à minha prima Fabiana Lopes, que dedicou seu tempo para me auxiliar na compreensão e no desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Agradeço também às minhas estimadas alunas e amigas Maria Marta, Monica Lemos, Ruthi Ferreira, Crisley Lobo Elias, Vania Maria dos Santos Firmino, Wesley Bruno da Silva, Gabrielly Novais Aguiar, bem como a todos os demais alunos que, com compreensão e generosidade, estiveram ao meu lado nesta fase acadêmica.

Em especial, agradeço a minha orientadora, professora Elizabeth Tavares Maia, manifesto minha sincera gratidão, não apenas pelas valiosas orientações, mas também pela troca enriquecedora de conhecimentos e experiências, que considero um privilégio. Da mesma forma, agradeço às professoras Carla Sabrina Cunha e Glaucia Melasso Garcia de Carvalho, por gentilmente integrarem a banca de defesa do meu TCC.

Destaco, ainda, os professores que demonstraram um acolhimento diferenciado e compreenderam os meus desafios de retornar aos estudos após 15 anos afastado: Elizabeth Tavares Maia, Fauzi Nelson Paranhos Lopes Mansur, Raquel Purper, Juliana Cunha Passos, Franciane Salgado de Paula, Glaucia Melasso Garcia de Carvalho, Mariana Duarte Motta, Luiz Claudio

Renouveau de Carvalho, Patricia Albuquerque de Lima, Hellen Cristina Cavalcante Amorim, Suselaine Serejo Martinelli, Fernando Antônio de Alvarenga Grossi, Gardênia Fernandes Coletto, Diego Pizarro, Marcos Buiati, Ana Carolina de Souza Silva Dantas Mendes e Junio César Batista de Souza.

Expresso, por fim, meu reconhecimento à instituição IFB, aos seus funcionários da limpeza, recepcionista, seguranças e equipe administrativa, sempre solícitos e atenciosos. Agradeço, em especial, ao corpo docente do IFB, pelo conhecimento transmitido e pela dedicação ao ensino. Enquanto arte-educador, sinto-me privilegiado por tudo o que vivenciei ao longo desses quatro anos.

Destaco, ainda, a experiência enriquecedora adquirida no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), que me proporcionou contato com professores da rede pública comprometidos com a transformação da educação. Em especial, agradeço as professoras Erika Esteves, Juliana Cunha Passos e Pilar da Costa.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para esta conquista, deixo minha mais sincera gratidão

RESUMO

A dança é uma forma universal de expressão, capaz de transcender barreiras culturais e sociais, promovendo a inclusão e o bem-estar das pessoas que a praticam. Entretanto, para pessoas cegas, o acesso a essa arte ainda enfrenta desafios significativos. A deficiência visual pode limitar a percepção espacial e a comunicação corporal, tornando essencial o desenvolvimento de abordagens pedagógicas específicas que possibilitem a participação plena dessas pessoas na dança (FERREIRA, 2019). Diante desse cenário, esta pesquisa busca responder à seguinte questão: como a dança pode ser adaptada para incluir pessoas cegas e quais são os desafios enfrentados pelos professores e alunos nesse processo? Parte-se da hipótese de que a implementação de estratégias pedagógicas adaptadas pode contribuir significativamente para a inclusão social, a autoestima e a qualidade de vida das pessoas cegas. Assim, torna-se necessário investigar não apenas as barreiras existentes, mas também as soluções que têm sido desenvolvidas para garantir que a dança seja, de fato, acessível a todos. A justificativa para a realização deste estudo fundamenta-se na necessidade de ampliar a compreensão sobre o ensino da dança para pessoas cegas. A dança, como arte integradora, tem o potencial de superar limitações sensoriais, promovendo benefícios emocionais, físicos e sociais aos seus praticantes. Assim, este trabalho pode contribuir para a formação de professores de dança adaptada para cegos, a conscientização da sociedade acerca da importância da acessibilidade cultural para o desenvolvimento de políticas públicas não excludentes. O objetivo geral desta pesquisa é explorar os desafios e benefícios das aulas de dança adaptadas para pessoas cegas, destacando metodologias não excludentes e os impactos dessa prática na vida dos participantes. Para isso, serão perseguidos os seguintes objetivos específicos: identificar as principais barreiras enfrentadas por pessoas cegas no acesso à dança; investigar estratégias pedagógicas utilizadas por professores para incluir alunos com deficiência visual nas aulas; e apontar os impactos da prática de dança adaptada na autoestima, autonomia e inclusão social dessas pessoas. A metodologia adotada para este estudo compreende uma consulta bibliográfica, na qual serão levantadas referências sobre dança inclusiva, acessibilidade cultural e deficiência visual, no período de agosto/2024 a janeiro/2025. Além disso, traz-se o relato de um encontro com uma pessoa cega que se deu pela dança de salão. Apresenta-se ainda o projeto de dança realizado com pessoas cegas em contexto de aulas em grupo. Dessa forma, pretende-se ampliar a base de conhecimento sobre o tema e contribuir para a construção de práticas não excludentes no ensino da dança.

Palavras-chave: **Dança; Deficiente Visual; Inclusão; Acessibilidade.**

ABSTRACT

Dance is a universal form of expression, capable of transcending cultural and social barriers, promoting the inclusion and well-being of the people who practice it. However, for blind people, access to this art still faces significant challenges. Visual impairment can limit spatial perception and body communication, making it essential to develop specific pedagogical approaches that enable these people to fully participate in dance (FERREIRA, 2019). Given this scenario, this research seeks to answer the following question: how can dance be adapted to include blind people and what are the challenges faced by teachers and students in this process? It is based on the hypothesis that the implementation of adapted pedagogical strategies can significantly contribute to social inclusion, self-esteem and quality of life for blind people. Therefore, it becomes necessary to investigate not only the existing barriers, but also the solutions that have been developed to ensure that dance is, in fact, accessible to everyone. The justification for carrying out this study is based on the need to expand understanding about teaching dance to blind people. Dance, as an integrative art, has the potential to overcome sensory limitations, promoting emotional, physical and social benefits to its practitioners. Thus, this work can contribute to the training of dance teachers adapted for the blind, raising society's awareness of the importance of cultural accessibility for the development of non-exclusive public policies. The general objective of this research is to explore the challenges and benefits of dance classes adapted for blind people, highlighting non-exclusive methodologies and the impacts of this practice on the lives of participants. To achieve this, the following specific objectives will be pursued: identify the main barriers faced by blind people in accessing dance; investigate pedagogical strategies used by teachers to include students with visual impairments in classes; and point out the impacts of adapted dance practice on the self-esteem, autonomy and social inclusion of these people. The methodology adopted for this study comprises a bibliographical consultation, in which references on inclusive dance, cultural accessibility and visual impairment will be collected, from August/2024 to January/2025. In addition, there is an account of an encounter with a blind person who happened through ballroom dancing. The dance project carried out with blind people in the context of group classes is also presented. In this way, the aim is to expand the knowledge base on the topic and contribute to the construction of non-exclusive practices in dance teaching.

Keywords: Dance; Visually impaired; Inclusion; Accessibility.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
REVISÃO LITERÁRIA	15
1. A DANÇA COMO FACILITADORA DA INCLUSÃO.....	15
1.1. Conceito e História da Dança Inclusiva.....	15
1.2. Dança e Acessibilidade: Adaptações Para Pessoas Cegas	16
1.3. Benefícios da Dança Para Pessoas com Deficiência Visual	18
2. DESAFIOS DA INCLUSÃO DE PESSOAS CEGAS NA DANÇA.....	20
2.1. Barreiras Físicas, Sociais e Pedagógicas	21
2.2. Formação de Professores e Instrutores de Dança Inclusiva.....	22
2.2.1 Capacitação para o Atendimento às Necessidades Específicas.....	23
2.2.2 Promoção de um Ambiente de Inclusão e Respeito	23
2.2.3 Desenvolvendo Habilidades de Colaboração e Trabalho em Grupo	23
2.2.4 Potencializando a Expressão Pessoal e Criativa	24
2.2.5 Preparação para um Ensino Continuado e Inovador	24
2.2.6 Preparação para um Ensino Continuado e Inovador	25
2.3. Estratégias e Metodologias Para Ensino Adaptado.	25
2.3.1 Uso de Recursos Táteis.....	25
2.3.2 Comandos Verbais e Descrições Detalhadas.....	25
2.3.3 Tecnologias Assistivas.....	26
2.3.4 Metodologia Multissensorial.....	24
2.3.5 Adaptação da Avaliação.....	27
2.3.6 Inclusão de Técnicas de Orientação e Mobilidade	27
2.3.7 Colaboração com Outros Profissionais	28
3. BENEFÍCIOS DA DANÇA ADAPTADA PARA PESSOAS CEGAS	29
4. ABORDAGEM METODOLÓGICA.....	30
4.1 Tipo de Pesquisa.	30
4.2 A Dança Cega e as Aulas	31
4.3 Método	35
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	40
7. ANEXOS.....	44
7.2. Materia Jornalística de Divulgação.	44
7.3. Fotos do Projeto.....	44

INTRODUÇÃO

A dança é uma maneira universal de se expressar, quebrando barreiras culturais e sociais e trazendo bem-estar para quem a pratica. Desde os tempos mais antigos, os povos já dançavam para celebrar a chuva, o sol, seus Deuses, honrar os mortos ou até mesmo como uma forma de comunicação. No século XV, a dança começou a ser apresentada nos grandes salões dos palácios, com estilos como a valsa, o minueto e a quadrilha. Com o tempo, surgiram diferentes estilos de dança, cada um com características e nomes específicos, refletindo sua história e evolução. Rudolf Laban (1971), um dos grandes teóricos da dança, explica que o movimento é uma forma de expressão demonstrada por três aspectos principais: espaço, tempo e força. Para ele, a dança é uma linguagem poderosa que transmite emoções e ideias.

A dança, presente em diversas culturas ao redor do mundo, assume significados distintos conforme o contexto social, histórico e simbólico de cada povo. Em algumas sociedades, é uma manifestação artística e estética, enquanto em outras, desempenha um papel ritualístico, religioso ou até mesmo terapêutico. Cada nação encara a dança sob uma perspectiva própria, moldada por seus valores, crenças e tradições, tornando-a uma facilitadora da expressão, identidade e integração social.

A cultura brasileira é marcada por uma grande diversidade, o que reflete diretamente na variedade de danças presentes no país. As danças regionais nacionais trazem um composto de manifestações ricas que representam tradições e identidades regionais, trazendo, em suas coreografias, elementos animados, figurinos chamativos e músicas de estrutura simples. Essas danças costumam ser realizadas em espaços públicos e carregam consigo narrativas que envolvem aspectos religiosos, históricos, lendas e situações do cotidiano.

Raul Lody e Jorge Sabino (2011) apontam que a dança africana tem suas raízes nas aldeias e está profundamente conectada à cultura e ao cotidiano desse povo. Geralmente realizada em grupo, reforça o senso de comunidade, envolvendo desde crianças até idosos, que participam com palmas e cantos ao redor dos dançarinos. Para os africanos, a dança vai além da simples execução de passos; ela é um elemento essencial da vida, presente em diversas celebrações e momentos importantes. Em cerimônias específicas, danças rituais são conduzidas por bailarinos experientes, que utilizam cores simbólicas para invocar o espírito da ocasião. Na cultura africana, o corpo é visto como um espaço de memória e comunicação, sendo a dança um meio de expressão que transcende o aspecto artístico e assume um papel social e espiritual.

Ainda de acordo com os autores Raul Lody e Jorge Sabino (2011), embora cada

região da África possui características próprias, algumas semelhanças são marcantes entre as danças tradicionais. Em sua maioria, os participantes dançam em círculos ou filas, raramente sozinhos ou em duplas. A postura encurvada é comum, refletindo o estilo de vida dos povos africanos, que frequentemente carregam pesos sobre os ombros e cabeças. Muitas dessas danças ocorrem ao redor do fogo, reforçando a conexão entre o movimento e a espiritualidade.

Conforme apontam Sabino e Lody (2011, p. 20), as danças de roda realizadas ao redor de fogueiras carregam uma simbologia ancestral, representando a relação entre corpo e espírito, além de permitir a criação e a ressignificação ao longo do tempo.

Dunham (1983), explica que as danças africanas são vibrantes e dinâmicas, transmitindo alegria e energia. Algumas chegam a combinar até seis ritmos simultaneamente, enriquecendo ainda mais a experiência sensorial. Em certas tradições, os dançarinos utilizam máscaras e pinturas corporais para enfatizar a expressividade dos movimentos. No Marrocos, por exemplo, as coreografias costumam ser repetitivas e evolutivas, criando um efeito hipnótico tanto para quem dança quanto para quem assiste. Na África, a dança não é apenas uma forma de arte, mas um meio poderoso de comunicação social, onde cada gesto, instrumento e posição corporal carrega significados culturais profundos. Algumas coreografias representam rituais de fertilidade e culto aos ancestrais, reforçando a conexão entre a dança e os valores espirituais da comunidade.

Ao som de ritmos tradicionais como Semba, Funaná, Kuduro, Sakiss, Puita e Marrabenta, são criadas coreografias que exploram a movimentação do quadril, a coordenação dos braços, pernas e cabeça, resultando em uma expressão corporal fluida e completa. A riqueza das danças africanas reside na sua capacidade de unir técnica, história e identidade cultural, perpetuando tradições que atravessam gerações. (Dunham 1983).

A influência das diferentes etnias que compõem a sociedade brasileira é evidente nessas expressões culturais. Devido à forte miscigenação, as danças populares do Brasil incorporam elementos das culturas indígena, africana e europeia, tornando-se um reflexo da pluralidade do país (NÓBREGA, 2010).

O samba chegou ao Brasil junto com os negros africanos e, no começo, foi dançado nas senzalas pelos escravizados como uma forma de lembrar da liberdade que havia perdido. Como Sabino e Lody (2011, p. 32) explicam

a festa foi referência básica de identidade étnica e também expressão de resistência do africano em condição escrava no Brasil Colônia, por isso a festa africana foi instrumento de negociação para os diferentes métodos de paz nas senzalas, sendo sempre grande motivo de preocupação entre os senhores de engenho, a própria Igreja

e o Estado. (Sabino e Lody, 2011, p. 32).

Com o tempo, o samba foi se espalhando e se misturando com a cultura brasileira, passando por várias mudanças até se voltar o que conhecemos hoje como o verdadeiro samba brasileiro. No início, a dança era marcada pelo som forte da percussão e pelo ritmo criado com os pés no chão. Já o samba de roda, por exemplo, acontece em círculos, onde os participantes têm liberdade para improvisar seus movimentos ao som de palmas e cantos.

De acordo com Morato (1994) e Araújo et al. (2008) as áreas da educação e da psicologia também mostram que a dança pode melhorar a concentração, a memória e a capacidade de trabalhar em equipe, tornando-se uma ferramenta valiosa no desenvolvimento integral do ser humano. A prática da dança, portanto, não é apenas uma atividade recreativa, mas uma forma de aprendizado e crescimento pessoal.

A inclusão de pessoas cegas no universo da dança representa um avanço significativo na promoção da acessibilidade e da equidade no campo das artes. Por meio de metodologias adaptadas, como a utilização de comandos verbais detalhados, estímulos táteis e investigações da mobilidade corporal, é possível garantir que indivíduos com deficiência visual vivenciem plenamente essa forma de expressão. Além de proporcionar benefícios físicos e emocionais, a dança adaptada fortalece a autoestima, a autonomia e a interação social, contribuindo para a construção de um ambiente artístico menos excludente e diversificado.

Segundo o Ministério da Saúde, a deficiência visual é caracterizada pela perda total ou parcial da visão, podendo ser de origem congênita ou adquirida. A gravidade da condição varia, permitindo a classificação em dois grupos principais. O primeiro grupo corresponde à cegueira, em que há perda total da visão ou uma capacidade extremamente reduzida de enxergar, exigindo o uso do Sistema Braille para leitura e escrita. O segundo grupo refere-se à baixa visão ou visão subnormal, que se manifesta por um comprometimento da função visual, mesmo após intervenção terapêutica ou correção óptica. Indivíduos com baixa visão podem realizar a leitura de textos impressos ampliados ou recorrer ao uso de dispositivos ópticos especializados (MS, Portaria nº 3.128 de 2008, p.).

A cegueira constitui uma condição que afeta milhões de pessoas ao redor do mundo, acarretando impactos expressivos na qualidade de vida e na inclusão social. Conforme dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), estima-se que aproximadamente 285 milhões de indivíduos em escala global vivam com algum grau de deficiência visual, dos quais 39 milhões são cegos e 246 milhões apresentam baixa visão. Ademais, estudo recente do Centro de Pesquisa do Hospital Oftalmológico Santa Virgínia (2024) revela que cerca de 80% dos casos de cegueira poderiam ser prevenidos ou tratados.

No Brasil, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2022, conduzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), indicou que aproximadamente 18,6 milhões de pessoas com idade igual ou superior a dois anos possuem algum tipo de deficiência, representando 8,9% da população nessa faixa etária. Dentro desse universo, uma parcela expressiva enfrenta desafios decorrentes da deficiência visual.

Esses dados evidenciam a relevância de políticas públicas direcionadas à prevenção e ao tratamento das deficiências visuais, bem como à promoção da inclusão social e da acessibilidade. Nesse contexto, iniciativas de conscientização, como a campanha "Abril Marrom" no Brasil, desempenham um papel fundamental ao sensibilizar a sociedade sobre a importância dos cuidados oftalmológicos regulares e da plena inclusão de pessoas com deficiência visual em todos os âmbitos da vida social.

A implementação de medidas preventivas, o acesso a tratamentos adequados e a promoção da inclusão são fundamentais para melhorar a qualidade de vida das pessoas com deficiência visual, tanto no Brasil quanto no mundo.

Diante desse cenário, esta pesquisa busca responder à seguinte questão: como a dança pode ser adaptada para incluir pessoas cegas e quais são os desafios enfrentados pelos professores e alunos nesse processo? Parte-se da hipótese de que a implementação de estratégias pedagógicas adaptadas pode contribuir significativamente para a inclusão social, a autoestima e a qualidade de vida das pessoas cegas. Assim, torna-se necessário investigar não apenas as barreiras existentes, mas também as soluções que têm sido desenvolvidas para garantir que a dança seja, de fato, acessível a todos.

A justificativa para a realização deste estudo fundamenta-se na necessidade de ampliar a compreensão sobre o ensino da dança para pessoas cegas. Além disso, a dança, como arte integradora, pode contribuir para a identificação de limitações sensoriais, promovendo benefícios emocionais, físicos e sociais aos seus praticantes.

O objetivo geral desta pesquisa é explorar os desafios e benefícios das aulas de dança adaptadas para pessoas cegas, destacando metodologias não excludentes e os impactos dessa prática na vida dos participantes. Para isso, apresento os seguintes objetivos específicos: identificar as principais barreiras enfrentadas por pessoas cegas no acesso à dança; investigar estratégias pedagógicas utilizadas por professores para incluir alunos com deficiência visual nas aulas; e refletir sobre os impactos da prática de dança adaptada na autoestima, autonomia e inclusão social dessas pessoas.

Com vistas ao cumprimento dos objetivos propostos, o presente trabalho está estruturado em quatro capítulos, além desta introdução. O Capítulo 1 trata da dança como

facilitadora da inclusão, trazendo conceito e histórico da dança inclusiva e benefícios desta abordagem; O segundo capítulo traz os desafios da inclusão de pessoas cegas na dança; O terceiro capítulo trata das estratégias utilizadas na dança adaptada para pessoas cegas. O quarto capítulo apresenta metodologia escolhida e a descrição da proposta desenvolvida nas aulas.

O trabalho afirma a hipótese de que a implementação de estratégias pedagógicas adaptadas pode contribuir para a inclusão social, a autoestima e a qualidade de vida das pessoas cegas.

É ainda destacada a importância da qualificação profissional para atuação com esse tipo de público. (Comenta-se, ainda, os benefícios da dança, nos âmbitos físico e mental, para pessoas cegas. A metodologia adotada para este estudo também compreende uma consulta bibliográfica, na qual foram levantadas referências sobre dança inclusiva, acessibilidade cultural e deficiência visual, e, apresentado o caso de uma pessoa cega em contato com a dança de salão). Apresenta-se ainda o projeto de dança experimental que promoveu aulas para pessoas cegas. Buscou-se compreender as práticas pedagógicas empregadas e os resultados obtidos.

Dessa forma, pretende-se ampliar a base de conhecimento sobre o tema e contribuir para a construção de práticas mais inclusivas no ensino da dança.

1. A DANÇA COMO FACILITADORA DA INCLUSÃO

1.1. Conceito e História da Dança Inclusiva

Conforme Turner (2014, p. 333), a dança pode ser compreendida como uma "linguagem natural" por meio da qual os seres humanos comunicam significados por intermédio de performances organizadas, geralmente acompanhadas por música e trajes específicos. Essa manifestação artística ocorre em diversas formas e desempenha múltiplas funções.

A multiplicidade de funções atribuídas à dança está intrinsecamente ligada às práticas culturais de uma sociedade em determinado contexto espacial e temporal. Dessa forma, a diversidade cultural que caracteriza o país se reflete de maneira expressiva na dança, contribuindo para a consolidação de distintas possibilidades de aprendizagem (BRASIL, 1997).

No Brasil, as pesquisas que exploram a relação entre dança e deficiência tiveram início na década de 1980 e vêm se expandindo significativamente, especialmente nos últimos anos. O surgimento desse campo de estudo e o crescente interesse acadêmico de diversas áreas podem estar associados à implementação de políticas públicas e à criação de leis voltadas para a educação e inclusão de pessoas com deficiência. Esses fatores estão alinhados com as conclusões de Freire (2001), que destacam o desenvolvimento de novas abordagens voltadas para esse público, com o objetivo de valorizar e respeitar as particularidades de cada corpo.

Para diversas instituições de dança no país, como a Organização do Mundo da Dança (2016), a dança inclusiva é uma abordagem artística que busca integrar pessoas com e sem deficiência em práticas de dança, promovendo a valorização da diversidade corporal e a democratização da arte. Ela surgiu com o intuito de proporcionar às pessoas com deficiência a oportunidade de desenvolver seu potencial de movimento e expressão, desafiando padrões tradicionais de estética e performance.

O Instituto Dançando com a Diferença (Amoedo, 2001) destaca que, historicamente, a dança inclusiva ganhou destaque a partir da década de 1990, com iniciativas que buscavam romper barreiras e preconceitos no campo das artes cênicas. No Brasil, projetos como o "Dançando com a Diferença", fundado em 2001 na Região Autônoma da Madeira, têm se destacado nacional e internacionalmente por suas metodologias que conciliam conhecimentos de diferentes áreas, como desenvolvimento pessoal, reabilitação e dança, visando à profissionalização de bailarinos com e sem deficiência.

Para os autores Figueiredo, Tavares e Venâncio (1999), a dança inclusiva não apenas enriquece o cenário artístico, mas também contribui para a inclusão social, oferecendo

um espaço onde todas as pessoas, independentemente de suas capacidades físicas ou cognitivas, podem expressar-se e interagir, pois a dança configura-se como meio de aprimoramento da experiência com o mundo. Essa prática desafia convenções e amplia as possibilidades de criação e apreciação artística, promovendo uma sociedade mais inclusiva e sensível às diferenças.

Ao longo dos anos, o movimento em defesa dos direitos das pessoas com deficiência foi fundamental para garantir avanços legais que promovam a inclusão social e a cidadania plena dessa população. No Brasil, esses direitos foram conquistados aos poucos, influenciados tanto por movimentos sociais internacionais quanto por pressões internacionais, recebidas de associações, entidades e fundações que surgiram com o objetivo de fortalecer a inclusão e os direitos das pessoas deficientes.

A Lei nº 13.146/2015, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, representa um marco na garantia dos direitos das pessoas com deficiência no Brasil. Seu principal objetivo é assegurar a inclusão, a autonomia e a igualdade de oportunidades, eliminando barreiras que dificultam o pleno exercício da cidadania. A legislação abrange diversas áreas, como educação, trabalho, acessibilidade e cultura, estabelecendo que espaços públicos e privados devem ser adaptados para garantir a participação de todos. Além disso, reforça a importância de práticas inclusivas em diferentes setores, incluindo a arte e a dança, garantindo que pessoas com deficiência tenham acesso e possam se expressar livremente. Segundo Sassaki (2006), a inclusão só é efetiva quando há mudanças estruturais e atitudinais na sociedade, permitindo que todos tenham as mesmas oportunidades e direitos. Assim, o Estatuto fortalece o princípio da equidade e promove uma sociedade mais justa e acessível para todos.

Tendo em vista que o presente trabalho tem como objetivo explorar os desafios e benefícios das aulas de dança adaptadas para pessoas cegas, destacando metodologias inclusivas e os impactos dessa prática na vida dos participantes, faz-se necessário compreender de que forma a acessibilidade pode ser incorporada ao ensino da dança. A adaptação de metodologias, o uso de recursos sensoriais e a abordagem pedagógica inclusiva são aspectos fundamentais para garantir a participação efetiva de pessoas com deficiência visual nesse contexto. Assim, no próximo tópico, serão discutidas as principais estratégias e ajustes necessários para tornar a dança uma experiência verdadeiramente acessível.

1.2. Dança e Acessibilidade: Adaptações Para Pessoas Cegas

Para os autores Souza e Metzger (2013), a dança é uma forma de expressão universal que transcende barreiras físicas e sensoriais. No contexto da acessibilidade, a inclusão de pessoas cegas na dança tem se fortalecido por meio de adaptações que ampliam suas possibilidades de participação, garantindo uma experiência artística e sensorial enriquecedora.

De acordo com Cazé e Oliveira (2008), o corpo da pessoa cega obtém informações por meios distintos da visão, sendo essa a única diferença em relação a um corpo sem deficiência visual. As autoras destacam que o movimento constitui a forma primordial de linguagem, tornando o corpo o principal agente da comunicação não verbal, sempre inserido em um processo contínuo de aprendizado e interação.

Dessa maneira, ao dançar, independentemente de possuir ou não a capacidade visual, a pessoa participa ativamente da construção do conhecimento sobre o movimento, das percepções e das sensações que emergem do corpo e nele se manifestam.

Para Carvalho e Fernandes (2007, p. 4). “O corpo cego vê. O corpo cego é visto. Ver é uma experiência que vai além do sentido da visão. É perceber/sentir/conhecer/tocar/relacionar/experimentar.”

Uma das principais estratégias para adaptar a dança às pessoas cegas envolve o uso de comandos verbais precisos, que orientam movimentos, posturas e deslocamentos no espaço. Instrutores treinados utilizam descrições detalhadas e metáforas táteis para transmitir a intenção do movimento, possibilitando que os bailarinos desenvolvam fluidez e autonomia na execução das coreografias.

Outra adaptação fundamental é o uso do toque como guia. Para os autores Carvalho e Fernandes (2007, p. 4, apud Sacks 1995) o toque é a visão das pessoas que não podem enxergar.

Professores e parceiros de dança podem empregar a técnica da "condução tátil", na qual o aluno percebe os movimentos por meio do contato físico, sentindo a direção, ritmo e intenção da coreografia. Além disso, pisos táteis e marcações sensoriais no ambiente contribuem para a orientação espacial, permitindo que os dançarinos se movimentem com segurança.

¹ Vidente. O termo "**vidente**", quando utilizado para se referir a pessoas que enxergam, é amplamente empregado no contexto da inclusão e acessibilidade, especialmente em estudos sobre deficiência visual. No entanto, não há uma única referência bibliográfica consolidada que padronize seu uso nesse sentido. Esse termo é frequentemente encontrado em materiais da área da educação inclusiva, reabilitação e acessibilidade, assim como em publicações acadêmicas sobre a cultura e a identidade das pessoas cegas. Autores que discutem a percepção e a experiência da cegueira, como Oliver Sacks em "*A Ilha dos Daltônicos*", mencionam a distinção entre pessoas cegas e aquelas que enxergam, mas sem necessariamente utilizar o termo "vidente". (Organização Nacional de Cegos do Brasil - ONCB).

A musicalidade e o ritmo também desempenham um papel essencial. Sons específicos, como palmas, batidas no chão ou marcadores sonoros, auxiliam na contagem do tempo e na troca de movimentos. Dessa forma, a audição se torna uma aliada fundamental na compreensão da dança, substituindo parcialmente a necessidade de referências visuais.

Segundo Almeida (2012, p. 62, apud Bianchini, 2005, p. 32), a audição capta sons à distância, enquanto o tato permite que a pessoa cega perceba e explore o ambiente ao seu redor, seja interagindo com objetos ou com outras pessoas. Isso reforça como esses sentidos são essenciais na dança, ajudando na conexão com o espaço, com o ritmo e com os parceiros.

No Brasil e no mundo, diversas companhias e projetos têm se dedicado à dança inclusiva, promovendo não apenas a acessibilidade, mas também a valorização da diversidade no cenário artístico. A Companhia de Dança Palácio das Artes, de Belo Horizonte/MG, por exemplo, já realizou espetáculos com bailarinos cegos, evidenciando que a arte não conhece limites quando há adaptação e sensibilidade.

A dança para pessoas cegas não se trata apenas de acessibilidade, mas de empoderamento e reconhecimento de que o corpo, em todas as suas formas, pode se expressar livremente. A quebra de barreiras na dança reforça o direito à participação cultural e ao desenvolvimento artístico de todos, promovendo uma sociedade mais inclusiva e sensível às diferenças. (ALMEIDA, 2012)

A dança, enquanto expressão artística e atividade corporal, pode promover melhorias significativas na autoestima, na autonomia e na socialização das pessoas com deficiência visual. A seguir serão analisados os benefícios da dança para pessoas cegas, evidenciando seu papel na inclusão e na qualidade de vida dos praticantes.

1.3. Benefícios da Dança Para Pessoas com Deficiência Visual

Para pessoas com deficiência visual, a prática da dança vai além de um simples exercício físico, promovendo uma experiência sensorial completa que favorece tanto o bem-estar físico quanto emocional. Um dos principais benefícios da dança para pessoas com deficiência visual é a melhora na percepção espacial e no equilíbrio. A dança envolve movimentos coordenados que exigem consciência corporal, o que ajuda a pessoa a se orientar melhor no espaço, mesmo se

a utilização da visão. A percepção de distâncias, a manutenção do equilíbrio e a fluidez nos deslocamentos são habilidades aprimoradas através da prática constante, promovendo maior segurança ao caminhar ou se mover no dia a dia. (ALMEIDA, 2012).

Além disso, a dança proporciona um fortalecimento da confiança e autoestima. A superação de desafios na execução de movimentos e a participação em atividades grupais ou performances geram uma sensação de realização pessoal. Quando os bailarinos com deficiência visual conseguem se expressar livremente através da dança, eles experimentam um senso de pertencimento e uma validação de suas habilidades, independentemente de suas limitações sensoriais.

A integração social também é um benefício importante. A dança inclusiva permite que pessoas com deficiência visual interajam e colaborem com outros dançarinos, criando um ambiente de convivência e respeito mútuo. O trabalho em equipe é essencial em muitas modalidades de dança, e para os bailarinos com deficiência visual, ele oferece uma oportunidade para desenvolver habilidades de comunicação, empatia e cooperação.

Cazé e Oliveira (2008) ressaltam que o movimento representa a primeira forma de linguagem humana, o que torna a dança um estímulo significativo para a criatividade e a autoexpressão. Assim, mesmo sem o sentido da visão, pessoas com deficiência visual podem explorar a dança de maneira singular, valendo-se de outros sentidos, como o tato e a audição, para expressar-se artisticamente. Sensações táteis do movimento possibilitam uma imersão profunda no processo criativo resultando em performances, que não apenas desafiam os padrões estéticos convencionais, mas também expandem as possibilidades da arte. Para as autoras, nossa primeira forma de linguagem é o movimento. Nesse contexto, a dança é um incentivo à criatividade e à autoexpressão. Mesmo sem a capacidade de enxergar, as pessoas podem explorar a dança de maneira única, o que permite uma imersão profunda no processo criativo, abrindo novas possibilidades para a arte.

É fundamental compreender não apenas os avanços proporcionados pela dança, mas também os obstáculos que ainda limitam a plena inclusão desse público. A acessibilidade no ensino da dança para pessoas com deficiência visual exige adaptações metodológicas, sensibilização dos profissionais e superação de barreiras físicas e sociais. No próximo capítulo, serão abordados os desafios da inclusão de pessoas cegas na dança, analisando os principais entraves enfrentados por alunos e professores nesse processo.

2. DESAFIOS DA INCLUSÃO DE PESSOAS CEGAS NA DANÇA

2.1. Barreiras Físicas, Sociais e Pedagógicas

A deficiência visual, embora apresente desafios, não deve ser encarada como uma limitação intransponível. No entanto, a realidade de muitas pessoas cegas ou com baixa visão ainda é permeada por inúmeras barreiras que dificultam sua plena participação social e o exercício de seus direitos.

Conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS), essas barreiras vão além dos obstáculos físicos, abrangendo também dimensões sociais e pedagógicas. Para superá-las, é essencial a implementação de políticas públicas inclusivas, bem como a transformação de atitudes na sociedade, promovendo um ambiente mais acessível e equitativo para todos.

O documento publicado em 2001 pela Organização Mundial da Saúde (OMS) – a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) a definição de barreira consiste em:

“Fatores no ambiente de uma pessoa que, por sua ausência ou presença, limitam o funcionamento e criam incapacidade. Estes incluem aspectos como: um ambiente físico que não é acessível, falta de tecnologia assistiva relevante (dispositivos assistivos, adaptativos e de reabilitação), atitudes negativas das pessoas em relação à deficiência, serviços, sistemas e políticas inexistentes ou que dificultam o envolvimento de todas as pessoas com uma condição de saúde em todas as áreas da vida”.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei 13.146, promulgada em 6 de julho de 2015, também classifica as barreiras em diferentes categorias, abrangendo:

“a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo; b) barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados; c) barreiras nos transportes: as existentes nos sistemas e meios de transportes; d) barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação; e) barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas; e, f) barreiras tecnológicas: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias.”

As barreiras físicas referem-se aos obstáculos no ambiente construído que

impedem ou dificultam a mobilidade e a acessibilidade das pessoas com deficiência visual. Isso inclui a falta de sinalização tátil e auditiva em espaços públicos, como ruas, praças, transportes e edifícios. Muitos ambientes não contam com pisos táteis, placas em Braille ou semáforos sonoros, o que torna o deslocamento seguro um desafio diário para essas pessoas.

A norma NBR 9050/2004 define acessibilidade como a garantia de condições que permitam o alcance, a percepção e o entendimento, assegurando o uso seguro e autônomo de edificações, espaços, mobiliários, equipamentos urbanos e demais elementos. Além disso, a NBR 9050/2004 estabelece que barreiras arquitetônicas, urbanísticas ou ambientais correspondem a qualquer elemento natural, instalado ou construído que dificulte ou impeça a aproximação, a transferência ou a circulação de pessoas nos espaços, mobiliários ou equipamentos urbanos.

Além disso, a falta de adaptação nos sistemas de transporte público, como a ausência de ônibus acessíveis ou de vagas de estacionamento reservadas para pessoas com deficiência, contribui para a exclusão social e limita a autonomia. Esses obstáculos físicos não só dificultam a mobilidade, mas também restringem o acesso a serviços essenciais, como saúde, educação e lazer.

As barreiras sociais estão relacionadas aos preconceitos e estigmas que a sociedade impõe às pessoas com deficiência visual. Muitas vezes, existe uma visão distorcida sobre a capacidade dessas pessoas, o que leva à exclusão em diversos contextos, como no mercado de trabalho, na educação e até nas interações cotidianas. Para Sassaki (2005) e a ideia da acessibilidade total remete-nos a todos os direitos humanos e não apenas ao direito de ir-e-vir. Ainda de acordo com o autor, na consciência de toda sociedade, inclusive na consciência da própria pessoa com deficiência.

Carvalho-Freitas (2007), destaca que a discriminação e a falta de compreensão em relação à deficiência visual podem gerar atitudes paternalistas, subestimando o potencial dessas pessoas e, assim, limitando suas oportunidades. A falta de sensibilização social também contribui para a invisibilidade da deficiência, pois muitas vezes as necessidades das pessoas com deficiência visual não são contempladas nas políticas públicas ou no comportamento cotidiano das pessoas.

As barreiras pedagógicas referem-se às dificuldades que as pessoas com deficiência visual enfrentam no contexto educacional. O sistema educacional tradicional, muitas vezes, não está preparado para atender às necessidades específicas desse público. O material didático não é acessível, a metodologia de ensino não leva em consideração as especificidades da deficiência visual, e os professores muitas vezes não têm a formação

necessária para trabalhar de forma não excludente.

Além disso, a falta de tecnologias assistivas, como softwares de leitura em Braille ou audiobooks, dificulta o acesso ao conteúdo educacional. As escolas e universidades muitas vezes não oferecem recursos adequados, o que compromete o aprendizado e a formação de alunos com deficiência visual. Sem adaptações pedagógicas eficazes, esses alunos são frequentemente afastados do aprendizado pleno, comprometendo seu desenvolvimento acadêmico e profissional.

A superação dessas barreiras exige um esforço coletivo que envolva o governo, a sociedade civil e as instituições educacionais. Em primeiro lugar, é necessário investir em acessibilidade física, criando ambientes que permitam a plena mobilidade das pessoas com deficiência visual. Em segundo lugar, é fundamental combater o preconceito e promover uma mudança de atitudes na sociedade, garantindo que as pessoas com deficiência visual sejam vistas e tratadas como iguais. Por fim, é essencial revisar o sistema educacional, tornando-o menos excludente por meio de adaptações pedagógicas, formação de professores e fornecimento de recursos didáticos acessíveis.

A eliminação dessas barreiras não apenas garante a inclusão das pessoas com deficiência visual, mas também fortalece o tecido social como um todo, criando uma sociedade mais justa, diversa e solidária. A verdadeira inclusão acontece quando todas as pessoas, independentemente de suas capacidades, têm a oportunidade de participar plenamente da vida em comunidade, sem obstáculos impostos pela falta de acessibilidade, compreensão ou adaptação.

A formação de professores e instrutores de dança inclusiva é um fator determinante para o sucesso das adaptações pedagógicas e para a criação de um ambiente acessível e acolhedor. No próximo tópico, serão abordadas as competências necessárias para os docentes, os desafios na capacitação profissional e a importância de uma abordagem didática sensível e especializada na dança para pessoas com deficiência visual.

2.2. Formação de Professores e Instrutores de Dança Inclusiva

Faz-se necessário investir na qualificação de professores capacitados para atender o público cego. Este professor pode estar na sala de aula, nos espaços públicos e nos serviços oferecidos pelo Estado. É fundamental que haja profissionais preparados para atuar em diversas áreas, como cultura, lazer, transporte e saúde, garantindo que as pessoas com deficiência visual tenham acesso a uma educação inclusiva e a uma vida social plena. Além

disso, a acessibilidade deve ser promovida não apenas por meio de políticas educacionais, mas também por iniciativas que visem a adaptação de materiais didáticos, o treinamento de servidores públicos e a criação de ambientes que favoreçam a autonomia e a participação ativa dessa. (AMORIM, 2022).

A inclusão de pessoas com deficiência visual nas atividades artísticas, como a dança, representa uma importante conquista no processo de construção de uma sociedade mais sensível às diferenças. No entanto, para que a dança seja verdadeiramente inclusiva e acessível a todos, é fundamental que os professores e instrutores recebam uma formação adequada que os capacite a atender às necessidades específicas desse público. A formação especializada não só promove um ambiente seguro e estimulante, mas também garante que a experiência de dança seja enriquecedora e respeitosa para os bailarinos com deficiência visual.

2.2.1. Capacitação para o Atendimento às Necessidades Específicas

A formação pode incluir o uso de tecnologias assistivas, como recursos sonoros e materiais em Braille, para que os alunos com deficiência visual possam acessar o conteúdo da aula de maneira independente. O aprendizado de metodologias inclusivas que englobem essas abordagens é fundamental para a eficácia do ensino da dança.

2.2.2. Promoção de um Ambiente de Inclusão e Respeito

A formação de instrutores de dança também deve focar a criação de um ambiente acolhedor e respeitoso. Isso envolve trazer aos educadores a reflexão a respeito de como lidar com as questões emocionais e psicológicas que podem surgir durante as aulas, especialmente em relação ao preconceito e à autoestima. Quando os professores estão capacitados para trabalhar de forma não excludente e sensível, eles ajudam a promover uma cultura de aceitação e confiança, permitindo que os alunos se sintam seguros e valorizados durante o processo de aprendizagem. Além disso, a formação de professores deve incluir tópicos sobre sensibilização e empatia, para que os instrutores entendam as barreiras enfrentadas pelas pessoas com deficiência visual e possam se comunicar de maneira mais eficaz, respeitosa e inclusiva. (AMORIM, 2022).

2.2.3. Desenvolvendo Habilidades de Colaboração e Trabalho em Grupo

A dança é, frequentemente, uma atividade que envolve colaboração e interação entre os participantes. Para os alunos com deficiência visual, a interação com outros dançarinos pode ser desafiadora sem a devida orientação e adaptação. Por isso, a formação dos professores

deve enfatizar o desenvolvimento de habilidades de colaboração, não apenas entre os instrutores e os alunos, mas também entre os próprios dançarinos. A capacidade de guiar e ser guiado, ouvir e comunicar-se de maneira eficaz são aspectos cruciais para a construção de uma experiência de dança verdadeiramente não excludente. (AMORIM, 2022).

2.2.4. Potencializando a Expressão Pessoal e Criativa

A dança é uma das formas mais poderosas de expressão pessoal e emocional. Para pessoas com deficiência visual, a dança pode se tornar um canal fundamental de comunicação e autoafirmação. Instrutores qualificados sabem como incentivar a expressão criativa e a autonomia dos alunos, desafiando-os a se comunicar e a se conectar com suas emoções através do movimento. A formação em dança inclusiva pode oferecer aos professores os recursos necessários para estimular a criatividade dos alunos cegos ou com baixa visão, permitindo-lhes explorar novas formas de expressão e ampliar seu repertório artístico. (AMORIM, 2022).

2.2.5. Preparação para um Ensino Continuado e Inovador

O campo da dança inclusiva está em constante evolução, e a formação contínua de professores é crucial para acompanhar novas metodologias e tecnologias que possam beneficiar os alunos com deficiência visual. Cursos e workshops regulares sobre inovações pedagógicas e novas técnicas de acessibilidade garantem que os instrutores possam oferecer o melhor atendimento e proporcionar aos alunos uma experiência de ensino sempre atualizada e inclusiva.

Por fim, a formação de professores e instrutores de dança inclusiva é essencial para garantir que as pessoas com deficiência visual possam desfrutar de todos os benefícios que a dança oferece. Ao investir na capacitação dos educadores, proporcionamos uma experiência de dança mais acessível, criativa e respeitosa, além de promover a inclusão social e cultural. Profissionais bem preparados desempenham um papel fundamental na construção de uma sociedade menos excludente, onde todas as pessoas, independentemente de suas limitações, possam expressar-se livremente e ser reconhecidas por sua habilidade artística e criatividade.

Diante da relevância da dança como facilitadora da inclusão e do papel essencial dos professores na promoção de um ensino acessível, faz-se necessário aprofundar a discussão sobre as estratégias e metodologias que viabilizam a participação efetiva de pessoas cegas nessa prática. O próximo tópico abordará as principais abordagens pedagógicas, técnicas de adaptação e recursos didáticos que possibilitam uma experiência significativa e inclusiva no

ensino da dança.

2.3. Estratégias e Metodologias Para Ensino Adaptado

O ensino adaptado para pessoas cegas vai além da simples modificação de materiais didáticos; ele envolve a criação de estratégias pedagógicas inclusivas que considerem as necessidades específicas desses alunos. O objetivo é proporcionar um ambiente de aprendizagem acessível e estimulante, no qual as habilidades dos alunos sejam desenvolvidas de forma plena, independentemente das limitações visuais. Essas metodologias buscam maximizar as potencialidades dos estudantes cegos, utilizando suas outras habilidades sensoriais, como o tato e a audição, para promover o aprendizado.

2.3.1. Uso de Recursos Táteis

Uma das estratégias mais importantes para o ensino adaptado para cegos é a utilização de materiais táteis. Textos em Braille, gráficos táteis e mapas são essenciais para garantir que os alunos possam acessar o conteúdo de forma independente. No contexto educacional, o Braille não apenas proporciona uma forma de leitura e escrita, mas também permite que os alunos desenvolvam suas habilidades de interpretação e expressão de maneira autônoma.

Além disso, o uso de objetos tridimensionais e modelos em relevo pode ser uma excelente maneira de ensinar conceitos de outras áreas incluindo a arte. Na dança, o uso de bambolês para o treinamento de movimentos pélvicos, assim como a utilização de instrumentos de percussão, como pandeiros, chocalhos e triângulos, contribui significativamente para o aprimoramento das técnicas corporais. Esses recursos auxiliam no desenvolvimento da coordenação motora e da percepção rítmica, promovendo uma execução mais precisa dos movimentos e uma maior integração entre corpo e música.

2.3.2. Comandos Verbais e Descrições Detalhadas

As descrições verbais desempenham um papel central no ensino de alunos cegos. O professor deve ser capaz de descrever com clareza o conteúdo visual, o espaço, os movimentos e as ações, utilizando uma linguagem detalhada e objetiva. Essa técnica não se limita à explicação de imagens ou gráficos, mas também envolve a criação de uma narrativa verbal rica que possa substituir qualquer estímulo visual.

Além disso, os comandos verbais são frequentemente usados em atividades práticas, como em aulas de educação física ou dança, para guiar os alunos cegos nas atividades, garantindo que compreendam as instruções e se sintam seguros ao executar os movimentos.

2.3.3. Tecnologias Assistivas

A Tecnologia Assistiva é compreendida como um campo do conhecimento de natureza interdisciplinar, que abrange produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços voltados à promoção da funcionalidade e à participação de pessoas com deficiência, limitações ou mobilidade reduzida. Seu objetivo é favorecer a autonomia, a independência, a qualidade de vida e a inclusão social dessas pessoas (BRASIL, CAT, SEDH, 2007).

As tecnologias assistivas desempenham um papel fundamental no ensino adaptado para cegos, oferecendo recursos que aumentam a acessibilidade e a independência dos alunos. Softwares de leitura de tela, como o JAWS e o NVDA, permitem que os alunos cegos acessem conteúdos digitais, como livros eletrônicos, sites e documentos. (DEFENDI, 2010)

Atualmente, um recurso significativo de Tecnologia Assistiva disponível para pessoas com deficiência visual, tanto em sua formação acadêmica quanto na atuação profissional, são os livros digitais acessíveis no formato Daisy. De acordo com Defendi (2010), há diversos tipos de livros voltados para essa população, incluindo os livros em Braille, os livros falados (gravados com voz humana), os livros com letras ampliadas para pessoas com baixa visão, os livros tinta/Braille e os livros digitais acessíveis.

2.3.4. Metodologia Multissensorial

A metodologia multissensorial é uma abordagem pedagógica que busca estimular diferentes sentidos no processo de ensino-aprendizagem, promovendo uma experiência mais eficaz e acessível para os estudantes. Essa metodologia se fundamenta na ideia de que a aprendizagem é potencializada quando diversos canais sensoriais—visão, audição, tato, olfato e paladar—são ativados simultaneamente.

Dentre as principais aplicações da metodologia multissensorial, destaca-se seu uso no ensino de crianças com dificuldades de aprendizagem, especialmente na alfabetização de disléxicos. Métodos como o Orton-Gillingham enfatizam o ensino estruturado e cumulativo, envolvendo a leitura, escrita e manipulação tátil de letras e palavras para reforçar a memorização e compreensão dos conteúdos (Clark, 2020, p. 45). Além disso, essa abordagem tem sido aplicada em ambientes educacionais diversos, desde o ensino infantil até a formação

profissional, com o objetivo de proporcionar uma aprendizagem mais significativa e duradoura.

Pesquisas indicam que o uso de estratégias multissensoriais pode melhorar o engajamento e a retenção do conhecimento, uma vez que cada indivíduo pode ter um canal sensorial predominante para a aprendizagem. Conforme estudo de Sousa (2017, p. 78), o cérebro humano processa informações de maneira mais eficaz quando múltiplos sentidos estão envolvidos, pois isso favorece a criação de múltiplas conexões neurais, tornando o aprendizado mais robusto.

Outros estudos também evidenciam que a metodologia multissensorial pode contribuir significativamente para a inclusão educacional, possibilitando que alunos com necessidades especiais desenvolvam habilidades cognitivas e motoras por meio de experiências sensoriais diversificadas (Smith & Klein, 2019, p. 102). Essa estratégia pedagógica promove a personalização do ensino, respeitando as particularidades e ritmos individuais dos estudantes.

Dessa forma, a metodologia multissensorial representa uma abordagem inovadora e inclusiva na educação, permitindo que estudantes com diferentes perfis e necessidades aprendam de maneira mais eficaz. Seu uso crescente em práticas pedagógicas reflete a importância de adaptar o ensino às características individuais dos alunos, promovendo um aprendizado mais equitativo e eficiente.

2.3.5. Adaptação da Avaliação

As metodologias de avaliação também precisam ser adaptadas para garantir que alunos cegos possam demonstrar seu conhecimento e habilidades de maneira justa. Damasceno (2010, p.25). Em vez de provas tradicionais baseadas em questões visuais, as avaliações podem ser feitas por meio de respostas orais, trabalhos práticos ou relatórios em Braille.

Além disso, a avaliação contínua, por meio de observação e feedback, pode ser uma forma eficaz de monitorar o progresso do aluno. Esse método permite que o professor tenha uma visão mais detalhada e completa do desenvolvimento do aluno, sem depender de métodos tradicionais de avaliação visual.

2.3.6. Inclusão de Técnicas de Orientação e Mobilidade

Quando se trata de alunos cegos, é fundamental incluir no ensino o desenvolvimento de habilidades de orientação e mobilidade. Isso inclui ensiná-los a se mover

de maneira independente, usar a bengala de maneira eficaz e entender os espaços ao seu redor.

Esses aspectos podem ser incorporados em atividades pedagógicas diárias, como deslocamentos na escola ou atividades extracurriculares, ajudando a desenvolver a autonomia do aluno.

2.3.7. Colaboração com Outros Profissionais

Por fim, a colaboração entre professores, especialistas e profissionais de apoio é crucial para o sucesso do ensino adaptado. Isso inclui a atuação de assistentes especializados, orientadores pedagógicos e profissionais da área de reabilitação para fornecer suporte integral ao aluno. Essa abordagem colaborativa ajuda a criar um ambiente de aprendizado mais completo e eficaz, garantindo que as necessidades educacionais, emocionais e sociais do aluno sejam atendidas.

Sendo assim, as estratégias e metodologias para o ensino adaptado para cegos não apenas garantem o acesso ao conteúdo acadêmico, mas também promovem a autonomia, segurança e inclusão social dos alunos. Ao adotar essas abordagens, o ambiente educacional se torna mais acessível, permitindo que todos os alunos, independentemente de suas condições, tenham as mesmas oportunidades de aprender e crescer. A educação adaptada é, portanto, um passo fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, onde a diversidade é valorizada e respeitada.

Após a análise das estratégias e metodologias para o ensino adaptado, é essencial compreender os impactos positivos que a dança pode proporcionar às pessoas cegas. O próximo capítulo abordará os benefícios físicos, emocionais e sociais da dança, evidenciando seu papel na promoção da autoestima, autonomia e inclusão social.

3. BENEFÍCIOS DA DANÇA ADAPTADA PARA PESSOAS CEGAS

Para pessoas cegas, a dança adaptada oferece uma série de vantagens significativas, melhorando a qualidade de vida e o bem-estar geral. Ao adaptar os movimentos, os ensinamentos e as interações à realidade do aluno cego, a dança se torna facilitadora da inclusão e do empoderamento.

Com relação a percepção corporal, equilíbrio á autonomia e idepedência, aos aspectos pisicologico e emocionais, inclusão sócial e quebra de barreiras, cogunição e coordenação motora, aspectos culturais e criativos, á comunicação em geral, a prática da dança, mesmo em sua forma adaptada, tem um impacto positivo. Para pessoas cegas, que frequentemente dependem mais de seus outros sentidos, como o tato e a audição, a dança oferece uma maneira de aumentar a consciência corporal e aprimorar o equilíbrio. Movimentos coordenados, especialmente em dança, ajudam a melhorar a postura e a estabilidade do corpo, tornando a pessoa mais seguro em suas atividades cotidianas. “A sensação de controle sobre o próprio corpo aumenta a confiança e reduz o medo de quedas e outros desafios físicos.” (ALEXANDER in GAINZA, 1997 p. 153).

Por conseguinte, a dança adaptada para pessoas cegas tem um impacto profundo na qualidade de vida e no bem-estar, proporcionando benefícios que vão desde a melhoria da mobilidade e autonomia até o fortalecimento da autoestima e da inclusão social. Ao integrar os cegos em uma prática que envolve não apenas o corpo, mas também a mente e as emoções, a dança se torna uma ferramenta poderosa de transformação e empoderamento.

Através dela, as pessoas cegas podem não apenas melhorar sua saúde física e mental, mas também se conectar com outras pessoas, encontrar uma voz criativa e celebrar sua identidade de maneira única e significativa.

O próximo capítulo apresentará os meios de investigação aplicados, bem como o encontro de dança de salão com uma pessoa cega. fundamentado em uma experiência vivenciada pelo autor. Essa abordagem permitirá uma compreensão mais aprofundada das práticas adotadas e dos resultados obtidos, contribuindo para a reflexão sobre a inclusão no ensino da dança.

4. ABORDAGEM METODOLÓGICA

4.1 Tipo de Pesquisa

Para a elaboração e classificação deste trabalho, utilizou-se a metodologia proposta por Vergara (2003), que a organiza sob dois aspectos: quanto aos **fins** e **quanto aos meios**.

No que se refere aos fins, a pesquisa foi caracterizada como **exploratória e descritiva**. Segundo Vergara (2003), a pesquisa exploratória “é realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado” (p. 47).

Considerando que o tema da presente pesquisa não é exclusivamente técnico e ainda carece de maior sistematização, esta investigação foi definida como **exploratória**. Essa abordagem se justifica pela necessidade de aprofundar o conhecimento sobre o campo estudado.

Ainda conforme a autora, a pesquisa descritiva expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno. Pode também estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza. Não tem compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação (Vergara, 2003, p. 47).

Dado que o objetivo geral desta pesquisa é explorar os desafios e benefícios das aulas de dança adaptadas para pessoas cegas, destacando metodologias não excludentes e os impactos dessa prática na vida dos participantes, a abordagem adotada assume, além de seu caráter exploratório, uma natureza descritiva.

Quanto aos procedimentos de coleta de dados, esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa que é apropriada, considerando-se que seus paradigmas abrangem diversos objetivos, incluindo análises exploratórias, explicativas, interpretativas ou descritivas (Flyvbjerg, 2011; George & Bennett, 2005; Merriam, 2009; Stake, 2006; Yin, 2014).

A consulta bibliográfica que fundamenta este trabalho foi conduzida no período de agosto de 2024 a janeiro de 2025, abrangendo a análise de trabalhos acadêmicos disponíveis em plataformas digitais de instituições de ensino, bem como artigos publicados em revistas acadêmicas e científicas. Além disso, foram consultadas obras literárias especializadas na temática da dança inclusiva e acessibilidade. Essa abordagem visa garantir um embasamento teórico para a discussão proposta, alinhando-se ao objetivo central do estudo.

4.2 A Dança Cega e as Aulas

A experiência da dança de salão com a pessoa cega e, as aulas de dança realizadas pelo autor permitiram uma compreensão mais aprofundada das práticas adotadas e dos resultados obtidos, contribuindo para a reflexão sobre a inclusão no ensino da dança.

No ano de 2011, surgiu a ideia de um projeto de aulas de forró destinadas a pessoas com deficiência visual, com o intuito de proporcionar inclusão e acesso à dança de salão para esse público.

A percepção dessa necessidade teve início alguns anos antes, durante a atuação profissional como Personal Dance². Em um baile, observou-se uma jovem sentada próxima à pista de dança que não era convidada para dançar. A situação chamou a atenção e, ao abordá-la, constatou-se que se tratava de uma pessoa com deficiência visual. Ainda assim, foi feito o convite para que participasse da dança. Durante o diálogo, a jovem relatou que desconhecia academias de dança que oferecessem atendimento especializado para pessoas cegas. A partir dessa informação, deu-se início a idealização do projeto de dança para pessoas com deficiência visual.

O projeto foi estruturado com base em práticas de ensino de dança de salão já aplicadas ao público vidente. Naquele momento, optou-se pelo gênero musical forró, dada a popularidade e a receptividade desse estilo de dança.

Compreendendo a relevância da iniciativa, buscou-se estabelecer contato com a Escola Especial Para Cegos, localizada na L2 Sul, a fim de apresentar a proposta e identificar o interesse dos potenciais participantes. Dessa forma, organizou-se uma reunião com alunos cegos para expor a intenção de formar uma turma de dança externa, voltada a esse público. Além disso, foram convidados alunos videntes que já praticavam os estilos de dança forró pé de serra e universitário, para participarem da reunião. O objetivo do convite era proporcionar, aos alunos videntes, uma compreensão do processo de ensino para pessoas com deficiência visual, bem como contar com sua colaboração nesse primeiro contato.

O projeto teve uma adesão inicial significativa, contando com a participação de 12 casais que demonstravam grande entusiasmo pela dança, ainda que não possuísem conhecimentos técnicos formais. Esses participantes, entretanto, movimentavam-se conforme suas percepções individuais sobre a dança e a expressividade corporal. Diante desse cenário, fez-se necessário um esforço contínuo de adaptação para o desenvolvimento de metodologias de ensino acessíveis a esse público.

Considerando a ausência de experiência prévia no ensino para pessoas com deficiência visual, a metodologia adotada baseou-se na interação e no diálogo contínuo com os alunos. Durante os primeiros encontros, foram realizadas perguntas frequentes a fim de compreender quais estratégias seriam mais eficazes para a assimilação das técnicas. As mais comuns eram acerca da compreensão daquilo que estava sendo explicado, qual era a maior dificuldade para a execução. Esse processo colaborativo permitiu o aprimoramento da abordagem pedagógica, assegurando que o ensino da dança ocorresse de maneira acessível e inclusiva.

O embasamento teórico do presente estudo pode ser fundamentado em autores que abordam a inclusão na dança e a acessibilidade no ensino de atividades físicas para pessoas com deficiência visual, tais como Freire (2006), que destaca a importância da comunicação e da adaptação dos métodos de ensino, e Mantoan (2003), que discute a relevância da inclusão na educação e na prática social. Dessa forma, reforça-se a necessidade de iniciativas que promovam a participação ativa de pessoas com deficiência visual no universo da dança de salão.

Durante esse período, observou-se que, apesar das limitações impostas pela deficiência visual, muitos alunos demonstravam potencial para aprender a dançar, movimentar-se e, assim, melhorar sua qualidade de vida. Com o aumento do interesse e do engajamento dos participantes, tornou-se evidente a necessidade de expandir a iniciativa do projeto.

Assim, foi formada uma turma em um espaço próprio, que funcionava em uma escola situada na 606 da L2 Sul, em Brasília/DF. Essa experiência foi fundamental para consolidar a certeza de que a dança é uma facilitadora da inclusão inclusiva e transformadora, capaz de promover autonomia, interação social e bem-estar entre pessoas cegas.

A dança, mais do que uma expressão artística, revelou-se, no contexto do projeto, como um poderoso meio de inclusão e empoderamento para esses alunos. Segundo Nanni (2010), a dança pode ser utilizada como um instrumento pedagógico que possibilita o desenvolvimento motor, social e emocional dos indivíduos.

Ao longo de meses de experimentações, repetições e persistência dos alunos, que demonstravam grande interesse em realizar os exercícios propostos até conseguirem executá-los, foi iniciado um processo de adaptação de métodos e didáticas tradicionalmente utilizados no ensino de dança.

² Personal Dance. O termo "**Personal Dance**" não possui uma referência bibliográfica amplamente consolidada em literatura acadêmica. Trata-se de uma expressão mais utilizada no meio da dança de salão para descrever profissionais que atuam como parceiros de dança contratados, especialmente em eventos e aulas particulares. Algumas fontes podem abordar esse conceito de maneira indireta. (Autor).

Para compreender suas necessidades e particularidades, foram buscados, com paciência e cuidado, sempre com a participação ativa dos alunos cegos, caminhos e estratégias mais adequadas ao seu aprendizado, garantindo que o trabalho se ajustasse melhor a realidade da turma. A condução das aulas ocorria, principalmente, por meio do contato físico e tato, permitindo que os movimentos fossem guiados de maneira eficiente, dado a capacidade sensorial de perceber estímulos.

A utilização de sons e ruídos também desempenharam um papel fundamental na comunicação, na orientação espacial, e na condução dos movimentos. Os sons e ruídos apresentam particularidades que não são alcançadas pelo contato físico e tato. Os Sons e ruídos eram emitidos para indicar deslocamentos, mudanças de direção e ajustes de postura. Alguns ritmos específicos e batidas sonoras ajudaram a marcar os tempos e a cadência da dança. O próprio som da movimentação corporal e do ambiente contribuíam para a percepção espacial. Diferentes estilos musicais podem estimular variações na interpretação corporal. Além disso, o uso da música enfatiza padrões rítmicos e dinâmicas do movimento. O ritmo e a melodia da música auxiliam na compreensão do tempo e na expressão dos movimentos.

O processo revelou-se desafiador, mas recompensador, especialmente ao presenciar a alegria notória dos alunos ao conseguirem realizar movimentos que, embora simples para muitas pessoas, representavam uma grande conquista no contexto de suas limitações visuais. Com dedicação e trabalho conjunto, os resultados obtidos foram extremamente positivos, culminando na formação da primeira turma de dança para pessoas com deficiência visual. Essas experiências reforçaram a importância da dança como ferramenta inclusiva e transformadora, tanto no âmbito pessoal quanto social.

Diante do progresso alcançado, os alunos passaram a se apresentar em eventos da cidade e em academias de dança, o que representou uma experiência enriquecedora, pois sentiram-se valorizados ao exibir suas habilidades diante do público. Embora não existam relatos detalhados sobre esse projeto, há registros audiovisuais disponíveis em plataformas como o YouTube, que documentam essas experiências e mostram a relevância da iniciativa.

Com o avanço das aulas, observou-se que os alunos começaram a desenvolver autonomia no estilo de dança ensinado: o forró pé de serra e o forró universitário, estilos que compartilham os nomes dos gêneros musicais correspondentes. Além de serem populares e envolventes, esses estilos despertam grande interesse entre os alunos, fortalecendo seu desejo de aprender e de se expressar por meio da dança. Para os alunos com deficiência visual, a música desempenha um papel fundamental, funcionando como um guia essencial para o movimento.

A variedade de estilos permite que experimentem diferentes formas de expressão corporal, proporcionando uma experiência rica e diversificada.

Considerou-se, em determinado momento, a possibilidade de introduzir outros estilos de dança. No entanto, observou-se que essa ideia ainda era prematura, pois havia muito a ser trabalhado e aprofundado nos estilos de forró. Os alunos demonstraram grande interesse em ampliar seus conhecimentos nessas modalidades, buscando não apenas aprimorar suas técnicas, mas também compreender melhor os aspectos culturais associados ao universo da dança.

Ao refletir sobre toda a trajetória e o trabalho desenvolvido até o presente momento, verifica-se que a formação acadêmica na Licenciatura em Dança da Instituição federal de Brasília - IFB, tem sido fundamental para o aprimoramento da metodologias aplicado. O conhecimento adquirido em disciplinas de abordagens somáticas³, contato e improvisação, anatomia, cinesiologia, psicologia do desenvolvimento, práticas integradoras e Eutonia, tem sido aplicado diretamente nas aulas. Essas disciplinas contribuíram significativamente para a compreensão do corpo em movimento, auxiliando no desenvolvimento de estratégias mais eficazes de ensino da dança e aprimorando a qualidade do movimento. Dessa forma, a formação acadêmica fortalece a prática pedagógica e possibilita um ensino mais qualificado e acessível.

No Primeiro Colóquio de Educação Somática da Escola de Teatro de Dança da Universidade Federal do Pará, o professor Diego Pizarro (2021), define a somática como um campo epistemológico contemporâneo fundamentado em uma ecologia profunda vivenciada na primeira pessoa do plural. Trata-se de um campo de conhecimento que se estabelece nas relações, não apenas entre indivíduos, mas também entre seres vivos de diferentes espécies, incluindo animais, plantas e minerais, além de elementos do ambiente que ressoam com a fonte primordial da vida. Em seu vídeo, Pizarro (2021) destaca que a somática consiste em criar espaço para que novos conhecimentos e possibilidades possam emergir, ressignificando e intensificando o potencial humano de vida, reconexão e integração.

³Abordagem Somática. No contexto da dança, refere-se a práticas que enfatizam a consciência corporal interna, a propriocepção e a experiência subjetiva do movimento. Diferente de métodos tradicionais que focam na estética e na técnica externa, a abordagem somática prioriza a escuta do próprio corpo, promovendo movimentos mais naturais, eficientes e saudáveis.

Essas práticas surgiram no século XX e incluem métodos como **Feldenkrais**, **Técnica Alexander**, **Body-Mind Centering (BMC)**, **Ideokinesis** e **Contato Improvisação**. Elas ajudam os bailarinos a desenvolver um maior entendimento das conexões entre corpo e mente, prevenindo lesões e aprimorando a expressividade.

Na dança, a abordagem somática permite que os movimentos sejam mais autênticos e personalizados, respeitando as características individuais de cada corpo. Além disso, favorece um treinamento mais sustentável, promovendo longevidade na

carreira dos bailarinos e uma relação mais equilibrada com o corpo.

Os benefícios proporcionados pela dança às pessoas com deficiência abrangem aspectos motores, intelectuais, psicológicos e sociais. Conforme apontado por Mauerberg (apud Rossi e Munster, 2013, p. 182), a dança facilita o desenvolvimento, a reabilitação e a reeducação do gesto motor, ao mesmo tempo em que contribui para a melhoria da postura, da coordenação, do ritmo e da movimentação articular. Além disso, favorece a autoconfiança e a percepção da imagem corporal, aprimorando também a comunicação, a cooperação e a interação interpessoal, o que promove maior qualidade de vida.

Entretanto, a atuação do profissional de dança deve ir além, reconhecendo que a dança é uma atividade acessível a todos, independentemente da capacidade visual. Nesse sentido, Cazè e Oliveira (2008) destacam que a prática da dança para pessoas com deficiência visual resulta em uma melhora significativa na vida dessas pessoas, pois possibilita um resgate do controle sobre o próprio corpo, mesmo na ausência da visão. Dessa forma, cabe ao profissional demonstrar tais possibilidades por meio do estímulo às demais percepções sensoriais, auxiliando no desenvolvimento de novas formas de interação com o ambiente e com as pessoas ao redor.

4.3 O Método

A adaptação das aulas de dança para pessoas com deficiência visual demandou uma reformulação na abordagem pedagógica tradicional. Diante desse contexto, constatou-se, já no primeiro encontro, que um dos principais desafios consistia em compreender as particularidades do aprendizado de cada aluno.

As aulas iniciais eram estruturadas de modo a favorecer a percepção espacial e a lateralidade. Para isso, os participantes eram posicionados lado a lado e, em seguida, incentivados a expressar corporalmente sua percepção da dança. Durante essa etapa, a música era utilizada como um elemento facilitador, promovendo um ambiente propício à espontaneidade e estimulando a audição.

Essa estratégia possibilitou a identificação de aspectos individuais, como ritmo, reflexos, percepção espacial, escuta atenta, equilíbrio e coordenação motora.

A necessidade de adaptação dos métodos pedagógicos tornou-se evidente à medida que se observavam diferentes formas de assimilação dos movimentos pelos alunos. Para alguns, a compreensão dependia do contato tátil com a parte do corpo do instrutor responsável

pelo movimento ensinado. Por exemplo, ao explicar um passo específico, alguns alunos necessitavam tocar no pé, na perna, no quadril, nos braços ou na cabeça do instrutor para compreender corretamente a execução. Outros, no entanto, conseguiam assimilar os movimentos apenas por meio de instruções verbais detalhadas, como a sequência: "um passo para a direita", "um passo para a esquerda", "um passo à frente", "um passo para trás", seguido de um giro sobre o próprio eixo.

Com a evolução das aulas e o aumento das interações, percebeu-se a necessidade de aprimorar as metodologias para evitar colisões entre os alunos. Para solucionar essa questão, foi introduzido o que denominei movimentação controlada, na qual os participantes se deslocavam lentamente, mantendo os braços abertos para delimitar um espaço seguro ao seu redor. Essa abordagem evidenciou a importância de um ambiente físico amplo e bem estruturado, a fim de minimizar os riscos de choques e proporcionar maior liberdade de movimento.

Outro grupo de alunos demandava uma interação tátil mais intensa, necessitando de contato direto com o instrutor, que segurava e guiava seus corpos para reproduzir os movimentos corretamente. Além disso, uma estratégia complementar amplamente utilizada consistia na reprodução dos movimentos dos pés na palma das mãos dos alunos, oferecendo uma referência tátil para facilitar a assimilação.

Uma técnica adicional aplicada com êxito foi a simulação espelhada, na qual os alunos posicionavam as mãos espalmadas uma contra a outra, criando um referencial corporal para a condução dos movimentos. Essa abordagem revelou-se eficaz na construção da consciência corporal e na assimilação dos padrões rítmicos.

Embora cada aluno apresentasse uma preferência ou maior facilidade com determinada técnica, todas eram aplicadas de maneira universal, garantindo que cada participante explorasse diferentes formas de aprendizado. À medida que ganhavam familiaridade com os ritmos e movimentos, as instruções passaram a ser conduzidas majoritariamente por estímulos sonoros, como comandos verbais, palmas, estalos de dedos e sons de instrumentos musicais, como o pandeiro. Essa abordagem tinha o propósito de aprimorar a capacidade dos alunos de interpretar sinais auditivos e táteis, promovendo maior independência na execução dos passos.

Após a consolidação dos movimentos básicos de forma individual, iniciou-se a segunda etapa do processo de ensino: a construção da dança a dois. Apesar da experiência adquirida na identificação de comandos sonoros e no desenvolvimento da expressividade corporal, a prática da dança em dupla exigiu a aplicação da voz ativa e do toque em diferentes

partes do corpo, como mãos, ombros, costas, pernas, pés e cabeça. Tais intervenções foram fundamentais para garantir uma postura adequada, melhorar a qualidade dos movimentos e assegurar a sincronia com a musicalidade.

O progresso dos alunos foi notável ao longo das aulas. Com o tempo, tornaram-se mais aptos a coordenar seus deslocamentos no espaço e a interagir harmonicamente com seus pares. Esse processo contínuo de aprendizado e adaptação permitiu a construção de sequências coreográficas ajustadas às diferentes velocidades musicais, consolidando uma experiência inclusiva e enriquecedora no ensino da dança.

Por fim, conclui-se que o ensino da dança para pessoas cegas não exige técnicas especiais, mas sim uma adaptação das metodologias convencionais. As mesmas técnicas aplicadas ao público vidente são utilizadas, porém com um ritmo desacelerado, maior interação tátil, atenção redobrada à comunicação verbal e, acima de tudo, sensibilidade na abordagem pedagógica.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente, destaca-se objetivo do presente trabalho consistiu em explorar os desafios e benefícios das aulas de dança adaptadas para pessoas cegas, destacando metodologias inclusivas e os impactos dessa prática na vida dos participantes alinhado a justificativa da necessidade de ampliar a compreensão sobre o ensino da dança para pessoas cegas.

Nesse contexto, afirma-se a hipótese de que a implementação de estratégias pedagógicas adaptadas pode contribuir, para a inclusão social, a autoestima e a qualidade de vida das pessoas cegas. Acrescenta-se, ainda, que a metodologia correta tem o potencial de anular limitações físicas e sensoriais, promovendo benefícios emocionais, físicos e sociais aos seus praticantes.

Destaca-se, portanto, que o ensino da dança para pessoas cegas com a aplicação da metodologia correta e as estratégias pedagógicas que permitam a valorização das outras percepções sensoriais, possibilitam o aprendizado e a expressão corporal de forma eficaz.

Os benefícios proporcionados pela dança às pessoas com deficiência abrangem aspectos motores, intelectuais, psicológicos e sociais. Conforme apontado por Mauerberg (apud Rossi e Munster, 2013, p. 182), a dança facilita o desenvolvimento, a reabilitação e a reeducação do gesto motor, ao mesmo tempo em que contribui para a melhoria da postura, da coordenação, do ritmo e da movimentação articular. Além disso, favorece a autoconfiança e a percepção da imagem corporal, aprimorando também a comunicação, a cooperação e a interação interpessoal, o que promove maior qualidade de vida.

Por outro lado, exige-se que a atuação do profissional de dança deve ir além, reconhecendo que a dança é uma atividade acessível a todos, independentemente da capacidade visual. Nesse sentido, Cazè e Oliveira (2008) destacam que a prática da dança para pessoas com deficiência visual resulta em uma melhora significativa na vida desses indivíduos, pois possibilita um resgate do controle sobre o próprio corpo, mesmo na ausência da visão. Dessa forma, cabe ao profissional demonstrar tais possibilidades por meio do estímulo às demais percepções sensoriais, auxiliando no desenvolvimento de novas formas de interação com o ambiente e com as pessoas ao redor.

Uma metodologia verdadeiramente e transformadora depende de um currículo dinâmico, de uma legislação alinhada aos princípios da acessibilidade e de uma formação docente que promova reflexões sobre a superação do modelo educacional tradicional e excludente. Além disso, a inclusão se torna mais efetiva quando o sistema de ensino oferece

suporte especializado aos estudantes que necessitam, realiza as adaptações curriculares adequadas e assegura que todos tenham acesso pleno aos conteúdos e experiências educacionais

Assim, espera-se que este trabalho contribua não apenas para a formação de professores de dança, mas também para o desenvolvimento de políticas públicas inclusivas e para a conscientização da sociedade acerca da importância da acessibilidade cultural.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, R. M. F. Não ver e ser visto em dança: análise comparativa entre o Potlach Grupo de Dança e a Associação / Cia. de Ballet de Cegos. 2012. 104 f. Dissertação (Mestrado em Artes), Escola Belas Artes, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2012. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/JSSS-8ZZNLD/disserta_o_renata_mara_2012.pdf?sequence=1>. Acesso em: 29 jan. 2025.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: 2015. em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 27 jan. 2025.

BRASIL. Presidência da República. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania – MDHC. 2023. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.estadao.com.br/blogs/vencer-limites/wp-content/uploads/sites/189/2023/11/relatorio-cgie-pcd-23102023-final_061120233522.pdf. Acesso em: 29 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 3.128, de 24 de dezembro de 2008. Disponível em https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt3128_24_12_2008.html#:~:text=Consi%20derando%20a%20necessidade%20de%20auxiliar,Art. Acesso em: 28 jan. 2025

CARVALHO, J. G.; FERNANDES, J. M. G. A. Um olhar sobre o corpo (do) cego. 2007. 9 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física), Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal, 2007. Disponível em: <<http://www.cbce.org.br/docs/cd/resumos/107.pdf>>. Acesso em: 29 jan. 2025.

CARVALHO, M. Relação Conceitual: Visão de Liderança e Inteligências Múltiplas. Florianópolis, Dissertação de Mestrado, UFSC, 2003.

CAZÉ, C. M. J. O.; OLIVEIRA, A. S. Dança além da visão: possibilidades do corpo cego. Revista Pensar á pratica. p. 293-302, set/dez. 2008. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/fef/article/view/3592/4975>> Acesso em: 29 jan. 2025.

Clark, M. (2020). Multisensory Teaching of Basic Language Skills. Brookes Publishing.

CUNHA, I. de A., Reis, M. S. dos, Xavier, H. A., & Negreiros, R. L. . (2023). A DANÇA COMO MELHORIA DA CONSCIÊNCIA CORPORAL DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL. *Revista Multidisciplinar Do Nordeste Mineiro*, 2(1). Recuperado de <https://revista.unipacto.com.br/index.php/multidisciplinar/article/view/571>

DEFENDI, E. L.; LIMA, E. C.; LOBO, R. H. C. Perdi a visão... e agora? São Paulo: Fundação Dorina Nowill para Cegos, 2010, 47p. (Série Dorina Nowill)

FLYVBJERG, Bent (2011). Estudo de caso. Em Norman K. Denzin e Yvonna S. Lincoln (Eds.), O Sábio Manual de Pesquisa Qualitativo (4ª ed., pp.301-316). Thousand Oaks,

Califórnia: Sage

FREIRE, I. M. Na dança contemporânea, cegueira não é escuridão. Revista Ponto de Vista. Florianópolis, n. 6/7 p. 57-58, 2004/2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/pontodevista/article/view/1152/14677>>. Acesso em: 29 jan. 2025.

FIGUEIREDO, V. M. C.; TAVARES, M. C. G. C. F.; VENÂNCIO, S. Olhar para o corpo que dança um sentido para a pessoa portadora de deficiência visual. Revista Movimento. Rio Grande do Sul, v. 5, n. 11, 1999. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/2487/1136>>. Acesso em: 29 jan. 2025.

GAINZA, Violeta Conversa com Guerda Alexander: Vidas e pensamentos da criadora eutonia / Violeta Hemsy de Gainza ; tradução Cintia Avila de Carvalho; revisão técnica Eugênia Thereza de Andrade. _ São Paulo : Summus 1977.

GEORGE, Alexander L. e BENNETT, Andrew (2005). Estudos de caso e desenvolvimento teórico nas ciências sociais (4ªPortuguês (ed.). Cambridge, MA: MIT Press.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

MAIA, Elizabeth Tavares. A dança como instrumento de intervenção neuropsicológica em crianças com encefalopatia crônica não progressiva : um estudo etológico não controlado. 2012. ix, 62, [27] f. Dissertação(Mestrado em Ciências do Comportamento)-Universidade de Brasília, Brasília, 2012. Disponível em: <http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/11546>. Acesso em 06 fev 2025.

MACHADO, B. F. G. Corporeidade e existência em Merleau-Ponty. Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Musicoterapia. Curitiba, v.2, p. 47-58, 2011. Disponível em: <http://www.fap.pr.gov.br/arquivos/File/extensao/Arquivos2011/NEPIM/NEPIM_Volume_02/Art03_NEPIM_Vol02_CorporeidadeExistencia.pdf> Acesso em: 29 jan. 2025.

MARQUES, D. A. P. et al. Dança e Expressividade: Uma aproximação com a fenomenologia. Revista Movimento. Rio Grande do Sul, v.19, n.1, jan./mar., 2013. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/26494/24405>>. Acesso em: 29 jan. 2025.

MERRIAM, Sharan B. (1998). Qualitativopesquisa e estudo de casoaplicações na educação (2º ed.). São Francisco, CA: Jossey-BassEditoras

MOREIRA, A. R. L. Algumas considerações sobre a consciência na perspectiva fenomenológica de Merleau-Ponty. Estudos de Psicologia, v. 2, n. 2, p.399-405, jul./dez., 1997. Disponível em: <<http://www.redalyc.org:9081/articulo.oa?id=26120212>> Acesso em: 30 jan. 2025.

MUNSTER, M. A. V.; ALMEIDA, J. J. G. Atividade Física e Deficiência Visual. In: GREGUOL, Marcia; COSTA, Roberto Fernandes da. Atividade Física Adaptada: qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais. Barueri: Manole, 2013. cap. 2, p. 30-77.

NEVES, N. Klauss Vianna: estudos para uma dramaturgia corporal. São Paulo: Cortez, 2008.

NÓBREGA, T. P. Corpo, percepção e conhecimento em Merleau-Ponty. Estudos de Psicologia. v. 2, n. 13, p.141-148, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v13n2/06.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2025.

OLIVEIRA, Doriane Vasconcelos de. Barreiras que dificultam a pessoa com deficiência visual alcançar cargos de liderança nas organizações. 77 f il. 2017. Monografia. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, 2017. Disponível em file:///C:/Users/user/Downloads/DORIANE%20VASCONCELOS%20DE%20OLIVEIRA.pdf f. Acesso em: 30 jan. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde. Genebra: 2001, OMS. pág. 214.

PIZARRO, Diego. I Colóqui de Educação Somática. TouTube, 88 de janeiro de 2020. 17min36S. Disponível em https://www.youtube.com/live/PXHZKVd7xs?si=JJonPMW3nxK_2rkz. Acesso em 12 fev. 2025

PONTY, M. M. Maurice Merleau-Ponty: Fenomenologia da percepção. Traduzido por Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 1999. Tradução de: Phénoménologie de la perception. Disponível em: <https://monoskop.org/images/0/07/Merleau_Ponty_Maurice_Fenomenologia_da_percep%C3%A7%C3%A3o_1999.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2025.

SÁ, E. D.; CAMPOS, I. M.; SILVA, M. B. C. Atendimento Educacional Especializado: Deficiência Visual. Brasília: SEESP/SEED/MEC, 2007, 57p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_dv.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2025.

SASSAKI, R. Acessibilidade total: uma questão de direitos humanos. São Paulo, 2005b.

SMITH, J., & KLEIN, P. (2019). *Multisensory Learning Strategies in Inclusive Education*. Routledge.

SOUZA, J. C. L.; METZER, A. C. Benefícios da dança no aspecto social e físico dos idosos. Revista Fafibe On-line. Bebedouro, v.6, n.6, p. 8-13, maio, 2013. Disponível em: <<http://www.unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/revistafafibeonline/sumario/28/11122013185614.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2025.

SOUSA, D. A. (2017). *How the Brain Learns*. Corwin Press.

STAKE, Robert E. (2006). Caso múltiplo análise de estudo .Nova York, NY: Guilford

TURNER, Bryan S.. Crad. Maria Silvia Mourão. Corpo e Sociedade. São Paulo: Ideias e Letras, 2008. 132p. Disponível em: <<http://www.cadernosdeciencia.org.br/pdf/turner.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2025.

2014.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

YIN, Robert K. (2014). Estudo de casopesquisa: Design e métodos. Los Angeles, Califórnia: Sag

ZOTOVICI, S. A. Pés no chão e dança no coração: um olhar fenomenológico na linguagem do movimento por meio da dança. Revista de Humanidades e Ciências Sociais Aplicadas. Ourinhos, n. 02, 2008. Disponível em: <<http://portal.estacio.br/media/3708863/artigo-sandra.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2025.

https://danca-inclusiva.com/associacao/historia?utm_source=chatgpt.com. Instituto Dançando com a Diferença. Acesso em 29 de jan de 2025.

<https://www.mundodadanca.com.br/2011/10/danca-inclusiva-o-que-e.html>. Mundo da Dança. Acesso em: 29 jan. 2025.

https://hsv.org.br/cegueira-no-brasil-e-no-mundo/?utm_source=chatgpt.com. Instituto de Pesquisa Hospital Santa Virgínia. Acesso em: 29 jan. 2025.

7. ANEXOS

7.1. Matéria de divulgação do Projeto - Dança para Deficientes Cegos - Estudo de Caso. Link de acesso:
https://www.youtube.com/watch?v=H9COUytF2UE&ab_channel=CharllysReis

7.2. Fotos do Projeto

















